



A PANDEMIA DE COVID-19 E DE MISOGINIA NO BRASIL: DISCURSOS SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Carla Severiano de Carvalho¹

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Geisa Fróes de Freitas²

Instituto Federal da Bahia (IFBA)

RESUMO

O enfrentamento do Brasil à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, tem sido atravessado pelo discurso negligente e negacionista do presidente, Jair Bolsonaro. Por consequência do perfil do maior gestor público do país, a pandemia acentua a vulnerabilidade de certos grupos sociais e, dentre estes, estão as mulheres, conforme revelam os dados atuais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os quais apontam para uma crescente violação dos direitos e dos corpos femininos no contexto pandêmico. Nesse sentido, interessa-nos analisar os discursos, ações e medidas misóginas difundidas pelo atual presidente ao longo da pandemia para assim compreender a constituição do seu *ethos* no discurso na cerimônia de Comemoração do Dia Internacional da Mulher, no dia 08 de março do ano eleitoral de 2022. Para tanto, os acontecimentos discursivos mencionados serão analisados a partir de aportes da análise do discurso francesa (FOUCAULT, 1960; 1968; 2008; PÊCHEUX, 1993, 2002; ORLANDI, 2007, 2012; AMOSSY, 2019; CHARAUDEAU, 2014, 2016, 2018; MAINGUENEAU, 1997, 1998, 2010, 2012, 2013, 2014), além das reflexões teóricas realizadas a respeito das questões de gênero. Espera-se, ao mobilizar as condições de produção e a relação entre linguagem e ideologia, examinar como os políticos e o poder público têm contribuído com ações de ódio contra as mulheres, levando à crescente violência de gênero no país; enquanto o segundo, o discurso presidencial comemorativo, será analisado a partir das estratégias discursivas que produzem efeitos de persuasão no destinatário e, desse modo, constituem e representam o *ethos* de Bolsonaro e do seu governo.

Palavras-chave: Pandemia. Discurso. Misoginia.

RESUMEN

El enfrentamiento de Brasil a la pandemia de Covid-19, una enfermedad causada por el nuevo coronavirus, ha sido atravesado por el discurso negligente y negacionista de su presidente, Jair Bolsonaro. Como resultado de su perfil, la pandemia en Brasil acentúa la vulnerabilidad de las mujeres, como lo revelan los datos actuales del Foro Brasileño de Seguridad Pública, que apuntan a una creciente violación de los derechos y cuerpos de las mujeres en el contexto pandémico. En este sentido, nos interesa analizar los discursos, acciones y medidas misóginas difundidas por el actual presidente a lo largo de la pandemia para entender la constitución de su *ethos* en el discurso en la ceremonia de conmemoración del Día Internacional de la Mujer, el 8 de marzo del año electoral 2022. Para ello, se analizarán los primeros eventos discursivos mencionados a partir de aportes del

¹ Doutora em Comunicação pelo PPGCOM-USP. É professora do curso de Licenciatura em Letras/Espanhol e do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da UNEB. E-mail: cseveriano@uneb.br

² Doutora em Língua e Cultura pelo PPGLINC-UFBA. É professora do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas do IFBA (campus Salvador). E-mail: geisa.froes@ifba.edu.br



análisis del discurso francesa (PÊCHEUX, 1993, 2002; ORLANDI, 2007, 2012; CHARAUDEAU, 2014, 2016, 2018; MAINGUENEAU, 1997, 1998, 2010, 2012, 2013, 2014), además de las reflexiones realizadas con respecto a las cuestiones de género. Se espera, al movilizar las condiciones de producción y la relación entre lenguaje e ideología, examinar cómo los políticos y el poder público han contribuido a acciones de odio contra las mujeres, llevando a incrementar la violencia de género en el país; mientras que el segundo, será analizado desde las estrategias discursivas que buscan producir efectos de persuasión en el receptor y, así, constituir y representar el ethos de Bolsonaro y de su gobierno.

Palabras-clave: Pandemia. Discurso. Misoginia.

INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a COVID-19, doença infecciosa causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde como de potencial pandêmico, isto é, uma doença com disseminação mundial, espalhada por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

No Brasil, desde então, o presidente do país, Jair Bolsonaro, tem dado declarações que minimizam os impactos da pandemia. Desde a comprovação da primeira morte, em 12 de março de 2020 (a vítima foi uma mulher de 57 anos em São Paulo), até o registro atual de mais de 668 mil óbitos acumulados, foram muitas as ações e os discursos negacionistas do chefe do Executivo à população e à imprensa.

Enquanto o mundo lidava com a inevitável pandemia de COVID e o Brasil assistia à espetacularização da mórbida política bolsonarista sobre o tema, outra pandemia, mais silenciosa, se alastrava em todas as partes: a pandemia da misoginia.

Vale destacar que a palavra misoginia (composta pelos termos gregos *miseo* e *gyne*, cujos significados são respectivamente “ódio” e “mulheres”) pode ser entendida como um sentimento de aversão patológico pelo feminino, que se traduz em uma prática comportamental machista, cujas opiniões e atitudes visam o estabelecimento e a manutenção das desigualdades e da hierarquia entre os gêneros, corroborando a crença de superioridade do poder e da figura masculina pregada pelo machismo. Caracteriza-se, dessa maneira, pela repulsa, desprezo ou ódio contra as mulheres, e se apresenta nas diversas formas de comportamento, na objetificação e depreciação das mulheres, bem como pela violência física, moral, sexual, patrimonial ou psicológica.

Embora a misoginia seja crime, nota-se de forma absorta, a banalização da violência de gênero no Brasil. Atualmente, tramita no Congresso o Projeto de Lei n. 1960/2021, de autoria da Deputada Luizianne Lins (PT/CE), que "Acrescenta o §4º ao artigo 140 do Código Penal, como qualificadora do crime de injúria motivado em razão da condição de gênero feminino, através de misoginia".

Embora tenham sido alcançadas algumas conquistas dos direitos da mulher nas últimas décadas, o aumento da violência contra a mulher na pandemia de COVID, no mundo e no Brasil cresceu de forma espantosa e se relaciona, ironicamente, com a maior medida preventiva contra o contágio do coronavírus: o confinamento social. Nota-se que, com a restrição das atividades ao ambiente doméstico, mulheres de diversas idades e condições econômicas encontram-se, por vezes, confinadas com parceiros agressivos.



Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública³ revelam uma crescente violação dos direitos e dos corpos femininos nos últimos anos. Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de COVID no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino.

Sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, esse lamentável fenômeno ganha novo capítulo na história do país, intitulado “a misoginia bolsonarista”, uma vez que a aversão e o menosprezo às mulheres estão no centro da ideologia promovida pelo atual governo, que transforma o machismo em ação política, incentiva a violência doméstica e prega a supremacia dos homens na sociedade, *vide* a coleção de declarações machistas feitas pelo presidente e por parte de seus ministros contra as mulheres ao longo do seu mandato.

Apesar disso, a cada 08 de março, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres, o presidente do Brasil manifesta, por meio de pronunciamento oficial, a sua homenagem às brasileiras. Trata-se, pois, de um interessante discurso persuasivo para a observação dos efeitos da contradição, elemento fundamental na produção de sentidos, e para a análise das estratégias argumentativas utilizadas pelo presidente para constituição do seu *ethos* discursivo⁴.

1 A “MISOGINIA BOLSONARISTA”: UM GOVERNO ANTI-MULHERES

A violência de gênero é uma questão mundial. Todavia, no Brasil, esse tipo de violação tomou dimensões preocupantes e específicas no campo da política. Atualmente, o fator preocupante é a disseminação de discursos e ações de ódio e desprezo contra as mulheres, sobretudo, como prática do governo Bolsonaro, o qual nomeamos aqui de “misoginia bolsonarista”.

A filósofa brasileira, Márcia Tiburi (2016, s/p.), assevera que “a misoginia carrega o princípio da negação do outro que nos coloca agora no atual esvaziamento do Estado de Direito e do fim da democracia”. A pesquisadora nomeia o atual governo de “máquina misógina”, uma vez que em um só mandato foi catalogado um número expressivo de eventos enunciativos, práticas e ações misóginas realizadas pelo presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e aliados. Ainda conforme Tiburi (2016), “a misoginia torna-se razão de estado”, “é o todo da política de governo”. Assim, a misoginia bolsonarista pode ser entendida como um projeto de governo, a política do ódio às mulheres com vistas à desmoralização e à ridicularização destas com vistas à manutenção do *status quo* do patriarcado na política.

Observamos, durante toda trajetória político-discursiva do atual governo, a disseminação de discursos de aversão e ódio às mulheres através de negativas aos direitos das mulheres, sendo, portanto, a misoginia centro de sua ideologia, que converte o machismo em ação política, incentiva a violência e defende a supremacia dos homens na sociedade. A cultura do desprezo, da desvalorização, da deslegitimidade às mulheres é naturalizada e banalizada por este governo; são dispositivos discursivos que contribuem para reforçar a exclusão das mulheres do poder e a manutenção da desigualdade de gênero.

³ Os dados coletados para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 relativos à violência letal e sexual de meninas e mulheres no Brasil.

⁴ Deve-se considerar, também, que nem sempre é possível a garantia de que o *ethos* visado seja o *ethos* produzido.



São muitos os ataques feitos às mulheres pelo primeiro mandatário brasileiro, a saber – o primeiro e mais chocante foi aquele feito à deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), em 2014, antes de ser candidato à presidência da república, quando disse que ela “não merecia ser estuprada porque é muito feia e não faz seu tipo⁵”. Desde então, o *ethos* misógino do presidente Bolsonaro está em evidência. Seu comportamento excrescente machista alerta para a construção de uma política sexista, excludente e preconceituosa. Desse modo, a política bolsonarista se constitui no atravessamento de uma formação discursiva anti-mulheres, com vistas ao avacalhamento da discussão de gênero.

Nesse contexto, convém mobilizar como Foucault (2008) compreende o discurso: como um conjunto de enunciados na medida em que eles provêm da mesma formação discursiva. Portanto, a noção de formação discursiva é cara aos estudos discursivos, visto que esse conceito está diretamente relacionado com a problemática do Sujeito, em seu duplo aspecto de constituição: linguístico e sócio-histórico.

A noção de formação discursiva⁶ ganhará com a Análise de Discurso de linha francesa grande importância. Para Pêcheux (1995), sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas. Assim:

as formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) (ORLANDI, 2007, p. 20).

Desse modo, chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva. Visto que:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência (FOUCAULT, 1969, p. 135).

Segundo Foucault (1969, p. 135), “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. O discurso, enquanto um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva, não possui apenas um sentido ou uma verdade, ele possui, acima de tudo, uma história. Assim, para Foucault, os elementos históricos são fundamentais para compreender a constituição da formação discursiva e dos discursos na sociedade contemporânea.

⁵ Deve-se considerar, também, que nem sempre é possível a garantia de que o *ethos* visado seja o *ethos* produzido.

⁶ O conceito clássico de formação discursiva de acordo com Pêcheux, refere-se “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc”. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).



Mesmo antes de assumir o posto de Presidente da República, Jair Bolsonaro, filiado ao Partido Progressistas naquela altura, já possuía um extenso histórico de discursos e práticas que atacam diretamente algumas minorias, sobretudo, as mulheres. As falas e ações envolvem apologia ao estupro, agressão física e omissão de políticas públicas de dignidade menstrual.

Durante seu mandato, essa postura foi potencializada com apoio das redes sociais e mídias, sendo amplamente divulgada. Desse modo, em apenas um ano, foram mais de dez registros em que o presidente Jair Bolsonaro expõe declarações de cunho sexista, machista, preconceituoso e misógino. Essas expressões e ações são determinadas pelas formações discursivas cujas regularidades produzem discursos conservadores, machistas, misóginas.

Notamos, pela historicidade dos discursos, que suas práticas servem às medidas contrárias aos interesses das mulheres, isto é, a uma formação discursiva anti-mulheres. Um exemplo claro dessa rejeição e ódio às mulheres foi a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), criada por Lula em 2003, e o veto à lei que prevê a distribuição de absorventes higiênicos para estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias, da deputada Marília Arraes (PT-PE). Além disso, há inúmeros comportamentos desrespeitosos e ofensivos contra as mulheres.

Em março de 2019, em discurso feito no Dia Internacional da Mulher de 2019, já na condição de chefe do executivo, Bolsonaro afirmou que, "pela primeira vez na vida, o número de ministros e ministras está equilibrado". De 22 ministros do Executivo, Bolsonaro nomeou apenas duas mulheres: Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). A justificativa para considerar o número de ministras equilibrado foi a "energia" das ministras: "Pela primeira vez na vida, o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe: cada uma dessas mulheres que está aqui equivale a dez homens. A garra dessas duas transmite energia para os demais".

No mês seguinte do mesmo ano, Bolsonaro em uma fala afirmou que o Brasil não poderia ser um país do turismo gay. Ao falar sobre a imagem do Brasil no exterior, Bolsonaro incentiva à prostituição e fez apologia ao turismo sexual. *"Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro"*. Podemos verificar que o presidente além de um discurso homofóbico, expõe a mulher como objeto de turismo sexual.

Já em julho de 2019, Bolsonaro critica o financiamento pela Ancine, a agência reguladora do setor audiovisual, de "Bruna Surfistinha", filme que narra a história de uma famosa prostituta, com o argumento: *"Não posso admitir que, com dinheiro público, se façam filmes como o da Bruna Surfistinha. Não dá."*

Em fevereiro do ano seguinte, Bolsonaro se pronunciou sobre o depoimento de Hans River do Rio Nascimento para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *fake news*. Hans, ex-funcionário da empresa Yacows, afirmou que a jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de São Paulo, teria oferecido relações sexuais em troca de informações. Ao se pronunciar sobre o caso, Bolsonaro disse: *"Ela [Patrícia] queria um furo. Ela queria dar um furo a qualquer preço contra mim"*, utilizando a expressão "dar o furo" com duplo sentido. O chefe do Executivo foi responsabilizado pelo ato, sendo condenado a pagar R\$ 20 mil para a jornalista, por danos morais.



Em outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei 14.214), que altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. O chefe do Executivo, no entanto, vetou a previsão de distribuição gratuita de absorventes femininos para estudantes de baixa renda e pessoas em situação de rua, que era a principal medida determinada pelo programa.

Entretanto, em 2022, ano das eleições federais no Brasil, no dia Internacional das Mulheres, Bolsonaro sancionou um decreto viabilizando a ação de oferta gratuita de absorvente para mulheres vulneráveis. Vale lembrar que o presidente havia vetado o artigo primeiro do projeto, que previa "a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual", bem como o artigo terceiro, que apresentava a lista de beneficiadas, tais como estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino; mulheres em situação de rua ou vulnerabilidade social extrema; mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal; e mulheres internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa.

E, por fim, em março do corrente ano, durante a semana dedicada às mulheres, momento em que a Câmara aprova diminuição da idade para laqueadura e exclui necessidade de autorização de companheiro, o presidente Jair Bolsonaro sanciona, com veto, a Lei 14.311/22⁴, que muda regras sobre o trabalho de gestantes durante a pandemia, prevendo sua volta ao regime presencial após imunização e veta salário-maternidade a afastadas.

Para compreender tais práticas discursivas, Pêcheux (1995, p.160) nos diz que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) isso equivale dizer que **as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas** (PÊCHEUX, 1995, p. 160 [grifos nossos]).

Com esses discursos e essas práticas, o governo Bolsonaro revela-se intolerante à causa feminina, transformando machismo e misoginia em ação política, com incentivo ao ódio contra as mulheres, menospreza a condição feminina e prega a supremacia dos homens na sociedade e no poder público. Através de discursos raivosos e violentos, o governo incentiva a violência contra as mulheres e o feminicídio, de modo que os dados revelam a crescente violência de gênero na pandemia no Brasil. Nesse contexto, sabemos que as mulheres são, entre as minorias, o grupo mais afetado, como citamos anteriormente, e a misoginia bolsonarista agrava a situação destas na pandemia com os cortes e as negativas de direitos, como a questão da pobreza menstrual e o veto salário-maternidade. Para as estudiosas em violência de gênero contra as mulheres, Farias e Aras afirmam que:

Historicamente, as mulheres estiveram alijadas dos espaços de poder com base em estereótipos limitadores da sua existência plena, da liberdade sobre seu corpo, seus desejos e da autonomia econômica, limitações que estão personificadas no controle da sua sexualidade, que "deve estar voltada" para a maternidade, para o



cuidado da família e a manutenção material da liberdade de atuação masculina por meio do trabalho doméstico não remunerado, isto é, a heteronormatividade compulsória (FARIAS E ARAS, 2017, s/n).

Podemos depreender que os discursos proferidos pelo governo atual reforçam a ideologia machista e misógina, colaborando para a interdição das mulheres em espaços de poder público, como também provam os mecanismos de silenciamento, de opressão, de exclusão e de rejeição.

Partindo da compreensão pêcheutiana, que toma o discurso como lugar de contato entre língua e ideologia, considerando que a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história, o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação (ORLANDI, 2007), p. 20).

Para a Análise do Discurso “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (ALTHUSSER, ([1969] 1985) p. 93); nesse sentido, bebendo na fonte das ideias althusserianas, inclusive através da que “o indivíduo é interpelado como sujeito livre para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto para que aceite livremente sua sujeição (...)” (Althusser, ([1969] 1985) p. 113), Pêcheux traz o conceito de ideologia atrelado ao funcionamento da língua, como estrutura relativamente autônoma. No entanto, Pêcheux amplia a ideia de Althusser, ao considerar o processo de resistência e contradição.

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento ideológico como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo a sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou em outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (PÊCHEUX, FUCHS, 1997, p. 165-166).

Assim, os discursos do atual presidente são atravessados por suas formações ideológicas, que subjetivam as mulheres como seres inferiores. Desse modo, podemos inferir que a permanência da misoginia bolsonarista é o triunfo do autoritarismo antidemocrático instaurado hoje no Brasil. Se há machismo estrutural é porque há um sistema de privilégios masculinos que depende das práticas e dos discursos misóginos.

2 ANÁLISE DO CORPUS

Para análise do *corpus*, do polêmico e contracorrente Discurso do Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, na cerimônia de Comemoração do Dia Internacional da Mulher, no dia 08 de março de 2022, intitulado “Brasil prá elas, por elas, com elas”, adotamos a noção de Discurso proposta por Foucault (1986, p. 43), empregada como “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Nesse sentido, o discurso é uma prática que relaciona a língua com “outras práticas” no campo social.



Nessa perspectiva, examinamos a constituição do *ethos* discursivo do presidente Bolsonaro, durante a cerimônia de comemoração do Dia Internacional da Mulher, no ano eleitoral de 2022, que passa pela tentativa de persuasão do leitor e pela construção da sua imagem e caráter, diante dos recentes resultados de pesquisas de intenção de voto que revelam como as mulheres o rejeitam, conforme os resultados obtidos pela pesquisa Poder Data (entre janeiro e fevereiro de 2022): “se a eleição fosse apenas entre eleitores homens, haveria empate técnico: 39% para Lula e 38% para Bolsonaro. Já entre mulheres a situação é outra. O petista tem expressivos 44% contra 22% do atual presidente”.

Assim, para a análise discursiva, partimos dos pressupostos foucaultianos, de que “trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 1986, p. 31).

2.1 A CONSTRUÇÃO DO ETHOS COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA

Como bem sabemos, o sujeito que fala não escapa à questão do *ethos*, a *fortiori* o sujeito político, conforme aponta Charaudeau (2008). Isso porque todo ato de tomar a palavra implica na construção de uma *imagem de si*. Quando se trata do sujeito político, a construção da imagem de si, sobretudo do bom gestor, é fundamental, visto que precisa ser digno de credibilidade. Isso se deve ao fato de que os candidatos políticos procuram afastar-se do estigma de que políticos são mentirosos, corruptos e dissimulados:

Diante desse descrédito sofrido pelo discurso político, quando confrontado à eficiência de uma ação efetiva, que poderia ser sintetizado numa sequência bastante corriqueira como “Esses políticos só falam, mas não fazem nada!”, uma das estratégias mais frequentes de seu enunciador é a de antecipar-se ao preconceito que lhe ronda, tentando construir para si um *ethos* de competência e realização (PIOVEZANI, 2007, p. 113).

Em geral, percebemos um esforço em projetar uma imagem positiva de si, o que nem sempre será completamente eficiente, pois ele duela com a imagem prévia que o outro constrói dele. Além disso, vale destacar que, quando se trata de discurso e de *ethos*, a falha, o equívoco é um elemento constitutivo, por isso não podemos garantir que a produção de um *ethos* visado será aceito e/ou compartilhado pelos co-enunciadores.

Nesse sentido, notamos no discurso presidencial no Dia Internacional da Mulher do corrente ano de 2022, mais uma tentativa frustrada de discurso em homenagem às mulheres brasileiras. Este ano, especialmente, com a intenção de ganhar terreno junto ao eleitorado feminino, revela mais uma vez o seu caráter misógino. Acompanhado da primeira-dama Michelle Bolsonaro, o presidente queria exaltar as mulheres, mas, em vez disso, disse que elas hoje estão “praticamente integradas à sociedade”. Assim, considera-se que o referido discurso combina estratégias discursivas que buscam produzir certos efeitos de persuasão no destinatário, diferentes do *ethos* misógino evidenciado pelo enunciador.

Essa ideia de projeção da imagem de si é muito antiga, tem sua origem na filosofia grega a partir dos pressupostos da Retórica de Aristóteles, quando considerou o *ethos* como uma das provas mais importantes da persuasão. Aristóteles define esse conceito como a construção da imagem de



si que o orador elabora no seu discurso destinada a garantir sucesso no empreendimento oratório: causar boa impressão, transmitir confiança e convencer o público (AMOSSY, 2019; MAINGUENEAU, 2014). No âmbito da Análise do Discurso, o *ethos* discursivo está relacionado à utilização de elementos linguísticos pelo enunciador para a construção da imagem de si no ato enunciativo.

No entanto, conforme esclarece Maingueneau (2012; 2014), o destinatário também contribui para a constituição do *ethos* do enunciador. Desse modo, o *ethos* discursivo é construído por meio do discurso, que se fundamenta em um processo interativo de influência sobre o destinatário. No discurso do dia das mulheres, Bolsonaro assevera:

Primeiro, senhores militares, se dependêssemos das mulheres, não teríamos guerras no mundo.

Bom dia a todos. Primeiro, obrigado a Deus pela minha segunda vida, pela missão e também pelas pessoas maravilhosas que o colocou ao meu lado para nós conduzimos o destino da nossa nação (BOLSONARO, 2022).

Logo, observamos no trecho do discurso em destaque que o *ethos* discursivo de Bolsonaro se manifesta por meio de uma instância subjetiva que emerge da enunciação de uma voz associada a certo corpo enunciante em uma conjuntura historicamente marcada: homens, militares, sobreviventes.

Dá-se o nome de incorporação ao modo como o destinatário atribui significados ao *ethos* do enunciador, ao passo que avalia positiva ou negativamente o conjunto de representações perante um mundo ético ativado na enunciação.

A incorporação, na perspectiva de Maingueneau (2012; 2013; 2014), consiste no processo de designar a ação do *ethos* sobre o destinatário, haja vista que esse não apenas identifica, mas também incorpora e assimila aquele conjunto de representações estereotipadas que definem determinado sujeito pela maneira específica de se remeter ao mundo; como a enunciação dá um corpo, ela conduz o destinatário a conferir um *ethos* a ele.

Em virtude da sua contribuição para a construção do *ethos* do enunciador, o destinatário é também chamado de co-enunciador. A noção em questão ganha complexidade quando distinguimos o *ethos* dito do *ethos* mostrado.

De acordo com Maingueneau (2012; 2014), o *ethos* dito refere-se aos fragmentos do texto que o enunciador evoca para dizer sobre si mesmo, seja de forma direta ou indiretamente (por meio de metáforas ou referência a outros contextos de fala), por exemplo tem-se o trecho em que Bolsonaro se diz um homem feliz pelo fato da sua mãe ter vivido por muito tempo e tê-lo deixado recentemente.

Já o *ethos* mostrado, se refere àquilo que se mostra na maneira de enunciar através do tom e das escolhas linguísticas do discurso, isto é, um *ethos* percebido pelo leitor, o qual se manifesta no trecho em que Bolsonaro atribui a morte da sua mãe ao destino, à previsibilidade da vida.

É impossível, impossível, cada um de nós, nesse dia, não nos lembrarmos daquela que foi a mais importante em nossas vidas, as nossas mães. Sou um homem feliz, a minha me deixou há pouco tempo, é o destino, é o ciclo da vida, queria que ela



continuasse em nosso meio, mas as recordações dela ficam para sempre (BOLSONARO, 2022).

Sobre o tom, Maingueneau (2012; 2013) o descreve como a forma pela qual o enunciador atesta o seu dizer atribuindo uma autoridade ao que é dito no seu discurso, seja no texto escrito ou oral, permitindo que o destinatário construa a representação do corpo e do caráter do tal enunciador. O caráter, por sua vez, corresponde aos traços psicológicos do enunciador e à corporalidade que está associada subjetivamente às propriedades físicas e à maneira como o corpo se move no espaço social (MAINGUENEAU, 2012; 2014).

Partindo da compreensão de que o *ethos* se apoia em um duplo imaginário corporal e moral, Charaudeau (2018) traz a noção de *ethos* coletivo. O *ethos* coletivo corresponde a uma visão global que é construída pela atribuição de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a outro grupo (CHARAUDEAU, 2018).

Dessa maneira, entendemos que o discurso de Bolsonaro expressa uma opinião coletiva do seu grupo político e institucional sobre as mulheres e, que, em razão dos diversos sujeitos enunciadore demarcados em tal discurso compartilhar uma mesma visão sobre as mulheres, o próprio *ethos* do governo Bolsonaro é constituído e representado, uma vez que eles mesmos são, nos discursos, parte do governo.

Além disso, como o destinatário contribui para a construção da representação do enunciador (ou locutor), esse último busca controlar na enunciação as maneiras como sua imagem possa ser constituída (MAINGUENEAU, 2010). Isso ocorre seja reforçando e consolidando atributos e estereótipos valorizados (a força feminina; a importância da educação; o empreendedorismo feminino), seja desconstruindo e atenuando atributos e estereótipos desvalorizados (o homem heterossexual que ajuda a sua mãe em atividades culinárias).

Realmente a vida dela não foi fácil, mas mesmo assim ela foi educadora (...). Tive também, Paulo Guedes e Daniela, uma mãe que foi empreendedora (...) minha mãe era lembrada, sempre lembrada para fazer bolo, e uma outra coisa que sobrava para mim; fazer bala de coco (...) E num primeiro momento, você puxa a bala na casa dos 70 °C e quem puxava? Eu, depois o mais fácil, sobrava para uma outra irmã minha, que cortava o papel celofane, fazia as franjas na tesoura e embrulhava as balas, e no casamento depois, obviamente, sempre sobrava alguma coisa para nós (BOLSONARO, 2022).

Dando continuidade à análise, sob os postulados propostos por Maingueneau (2012), percebemos que o poder de persuasão do discurso de Bolsonaro às mulheres tem origem no constrangimento do destinatário (mulheres, dentre elas, Daniela), pela enunciação, a se identificar e incorporar esquemas estereotípicos com o movimento de um corpo, seja esse esquemático ou investido de valores historicamente especificados (a integração das mulheres à sociedade através do auxílio dos homens):

Então minha mãe, Daniela, foi também uma empreendedora. Lá naquele meu tempo é história; ou a mulher era professora, ou dona de casa, praticamente. Dificilmente uma mulher fazia algo diferente disso, lá nos anos 50, 60. Hoje em dia, as mulheres estão praticamente integradas à sociedade. Nós as auxiliamos, nós estamos sempre ao lado dela. Não podemos mais viver sem ela.



A partir da perspectiva de Charaudeau (2014), concebemos ainda estratégias discursivas na enunciação de Bolsonaro nas formas como ele estabelece, organiza e encena certas “intenções” na produção de determinados efeitos de persuasão sobre o sujeito interpretante, de modo que esse último seja levado a se identificar com aquilo que foi construído por ele:

A Damares mesmo disse aqui: no nosso governo, a participação da mulher é bem maior que os demais governos, bem como também, um aviso aos machões, o governo que mais prendeu machão agressor, foi o nosso (BOLSONARO, 2022).

Outra estratégia discursiva adotada por Bolsonaro refere-se ao estabelecimento de oposição, acusação e polarização político-ideológica com a esquerda, objetivando a sua destruição. A esquerda deriva da marcação de diferenças radicais passíveis de comparação entre os sujeitos discursivos, como diferenças entre valores, estados, naturezas, *etc.*:

O respeito acima de tudo. E quando se fala em mulher, também, para concluir; não se pode deixar de pensar, e falar em família. O que é uma família? Como a família era vista há pouco tempo aqui dentro dessa edificação? Quem se lembra do PNDH-3? Quem se lembra do PLC 122? Quem se lembra de ideologias e tantas e tantas outras coisas? Quem se lembra dos nomes que antecederam a ministra Damares? Estamos no caminho certo: o respeito acima de tudo, a preservação dos valores familiares (BOLSONARO, 2022).

Finalmente, esclarecemos que a constituição e representação do *ethos* misógino de Bolsonaro pode não só abarcar todas essas estratégias discursivas, mas também pode, ele mesmo, ser compreendido enquanto uma estratégia discursiva, desempenhando distintas ações discursivas (influenciar homens, persuadir mulheres, acusar e se opor à esquerda) instaladas e instigadas no discurso político, conforme se lê em:

Vocês são mais que essenciais, são indispensáveis para o futuro de uma grande nação. Obviamente, não vou falar obrigado por existirem, porque se vocês não existissem, eu não existiria, mas obrigado pelo trabalho, pela dedicação, pela perseverança, pela fé e por tudo aquilo que transmitem aos seus filhos e filhas. Mulheres do Brasil e do mundo, os nossos parabéns, e que continuem cada vez mais participando conosco no futuro da nossa nação (BOLSONARO, 2022).

Como vimos, no campo da política, o sujeito político busca construir seu *ethos* de modo a se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos com os quais partilha certos valores. Como podemos notar, a maioria dos candidatos elege algumas bandeiras como mote para seu governo. Essa “bandeira” é representativa de determinados grupos sociais aos quais o candidato se coloca como porta voz. A questão das minorias, por exemplo. Nesse caso em análise, entretanto, o enunciador é historicamente constituído de práticas discursivas misóginas, contraventor dos direitos das mulheres, o que gera uma discrepância entre aquilo que se diz e aquilo que se é, uma vez que o presidente reivindica para si uma dada imagem em seu discurso no dia Internacional das Mulheres como modo de adaptação às expectativas dos co-enunciadores. Assim, o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro.



Segundo Maingueneau (2012), o *ethos* não diz respeito somente à dimensão verbal, mas também pressupõe a mobilização de um conjunto de características físicas e psicológicas do enunciador. Essas características ligam-se ao enunciador e relacionam-se diretamente com uma gama de estereótipos socialmente construídos. Atribui-se, desse modo, ao enunciador uma corporalidade que corresponde aos traços físicos e um caráter correspondente aos traços psicológicos. Nesse sentido, o *ethos* não é uma “imagem” do locutor exterior à fala, mas uma noção discursiva, construída no e pelo discurso.

CONCLUSÃO

As reflexões e análises que realizamos neste estudo das condições de produção de Discursos a propósito da violação dos direitos da mulher, no contexto da pandemia de COVID-19, revelam sobremaneira a pandemia de misoginia no Brasil, propagadas pelo presidente da república em muitos de seus pronunciamentos, conforme nomeado de “misoginia bolsonarista”.

Como sabemos, o corpo, a voz, o ser feminino concentrou, historicamente, as marcas da inferioridade, da subordinação, do apagamento, do silenciamento e da exclusão, sendo representado das mais diversas formas e regulado por normas e valores de ordem moral, ética, estética e científica, conforme assinala Witzel (2014).

Apesar das árduas conquistas dos direitos das mulheres e de alguns avanços legislativos e jurídicos para a sua proteção, a desigualdade de gênero, a discriminação e a violência contra as mulheres ainda são uma realidade, sobretudo, em países com governos conservadores e autoritários. Sem dúvida alguma, as conquistas do movimento feminista, desde o direito ao voto à aprovação da Lei Maria da Penha, promoveram mudanças não só na legislação, mas na cultura também.

Diante de tais mudanças, as ações do governo Bolsonaro revelam uma desconformidade diante daquilo que se espera de um líder político. A permanência, portanto, de um governo machista, patriarcal e misógino fere os direitos humanos e afasta a possibilidade de equidade de gênero. Entretanto, retomando as palavras do escritor uruguaio, Eduardo Galeano, em sua obra “Mulheres”, “o mundo era dos homens e eles pretendiam que assim fosse para sempre. Não contavam com a resistências das mulheres”.

Nesse sentido, pensamos que o entrecruzamento entre discurso, política e gênero carece de mais estudo, visto que necessita ser amplamente explorado a partir de uma perspectiva histórica e interdisciplinar, de modo que possa também mobilizar ações da sociedade e do poder público para discutir e transformar esse quadro.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969]. p. 53-107.

AMOSSY, Ruth. Introdução: da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: Amossy, R. (org.), **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 9-28.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.



CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FARIAS, A. C.; ARAS, B. L.M. **Feminismo negro, feminicídio e a violência de gênero contra as mulheres**. Revista Enlaçando, 2017.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALEANO, Eduardo. **Mulheres**. Tradução: Eric Nepomuceno; Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A propósito do *ethos*. In: Motta, Ana Raquel; Salgado, Luciana. (orgs.), **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 11-29, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. **As Formas do Silêncio: No Movimento dos Sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____; FUCHS, C. **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas**. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997 [1975]. p. 163-252.

PIOVEZANI FILHO, C. **Metamorfoses do discurso político contemporâneo: por uma nova perspectiva de análise**. Revista da ABRALIN, v. 6, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2007.

WITZEL, Denise Gabriel. **Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários**. Alfa, São Paulo, v.58, n.3, p.525-539, 2014.